

FÓRUM TÉCNICO

“SEGURANÇA PÚBLICA: DROGAS, CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA”

5ª Reunião Preparatória – 21/5/2010 – 9h30min – Plenarinho I

Entidades e órgãos representados na reunião	<ul style="list-style-type: none">• Associação Bem Viver• Associação das Mulheres Profissionais de Segurança Pública - Amproseg• Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais – Adepolc-MG• Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais- AOPMBM-MG• Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM• Associação Família de Caná• Associação Mineira de Comunidades Terapêuticas e Instituições Afins – Belo Horizonte• Centro de Vida Independente de Belo Horizonte – CVI-BH• Centro pela Mobilização Nacional em Minas Gerais – CMN• Coletivo de Entidades Negras do Estado de Minas Gerais – CEN-MG• Conselho Comunitário de Segurança Pública 5 – Consep 5 – Belo Horizonte• Conselho Comunitário de Segurança Pública 14 – Consep 14/Regional Venda Nova – Belo Horizonte• Conselho Comunitário de Segurança Pública 15 – Consep 15/Regional Pampulha – Belo Horizonte• Conselho Comunitário de Segurança Pública 125 – Consep 125 – Belo Horizonte• Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas Gerais – CCPC• Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais – CEM/MG• Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil / Regional de Minas Gerais – Conic/MG• Conselho Regional de Educação Física – Cref 6ª Região• Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres – Cepam• Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte• Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG• Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas – Febract• Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais – Fecomércio Minas• Hospital da Polícia Civil – HPC• Instituto Batista Abas• Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MP/MG• Núcleo Jurídico de Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Nujup/PUC Minas• Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG• Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG
---	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais – Seds-MG • Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude do Estado de Minas Gerais – Seej-MG • Sindicato dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais – Sindepo-MG • Sindicato dos Guardas Municipais do Estado de Minas Gerais – Sindguardas – MG • Subsecretaria de Políticas Antidrogas – Seej – Belo Horizonte • Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A – Belo Horizonte • Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais • Terra da Sobriedade – Associação de Prevenção, Recuperação e Reinserção do Dependente Químico
Deputados e assessorias parlamentares presentes	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado João Leite • Assessoria de Gabinete – Deputada Maria Tereza Lara • Assessoria de Gabinete – Deputado Durval Ângelo • Assessoria de Gabinete – Deputado João Leite • Assessoria de Gabinete – Deputado Rômulo Veneroso • Assessoria de Gabinete – Deputado Sargento Rodrigues
Assessoria da ALMG	<ul style="list-style-type: none"> • Gerência-Geral de Projetos Institucionais (GPI) • Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação (GID) • Gerência-Geral de Consultoria Temática (GCT) • Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial (GRPC) • Gerência-Geral de Apoio às Comissões (GCO)
Pauta Prevista	<ul style="list-style-type: none"> • Esclarecimento sobre os objetivos da reunião • Apresentação dos presentes e das entidades parceiras • Discussão do regulamento do Fórum Técnico • Definição dos expositores para a programação do Fórum Técnico • Marcação da próxima reunião

<p>Transcurso da reunião / pontos importantes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura e coordenação da reunião: Deputado João Leite, Presidente da Comissão Permanente de Segurança Pública da ALMG • Discussão do Regulamento: leitura pelo coordenador e pedidos de destaque. • Discussão dos destaques: <ul style="list-style-type: none"> - Sugestão de acréscimo de um novo inciso ao art. 2º: “avaliar a implementação das propostas priorizadas no Seminário Legislativo Segurança Para Todos, de 2006, e na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública”. Discutido o teor do inciso, optou-se pela inclusão dos documentos finais aprovados nos referidos eventos como subsídio a ser discutido pelas CTIs, em vez de inseri-lo como um dos objetivos do Fórum Técnico. - Na discussão do inciso I, Tema I, propôs-se a supressão da alínea “e”, que previa a discussão do “ciclo completo de polícia”. Seguiu-se a discussão do assunto, com considerações favoráveis e contrárias à supressão proposta. O coordenador recomendou cautela em relação ao assunto, lembrando que o foco do evento é o tema drogas. Ante nova defesa de manutenção do tema, foi proposta a criação de um espaço específico para discussão: uma Audiência Pública. O coordenador acatou de imediato a proposta de enviar à Comissão de Segurança Pública da ALMG um requerimento para a realização de audiência pública para debater o tema, sendo suprimida a alínea “e”. - Ainda no inciso I, tema 1, foi proposta alteração na alínea “g”, sugerindo-se o aparelhamento também das entidades da sociedade civil, estendendo-se a capacitação às lideranças comunitárias e aos movimentos sociais. Foi acatada a sugestão e acrescida ao item “g” a expressão “e entidades” após a palavra “órgãos”. Em momento posterior, a discussão foi retomada, defendendo-se a necessidade de incluir as lideranças comunitárias e aos movimentos sociais no processo de capacitação. Considerou-se a necessidade de uma legislação que regule a ação dos Conseps, fortalecendo esse tipo de instituição. O coordenador (Deputado João Leite) considerou que a proposta é o fortalecimento os Conseps, daí não julgar recomendável ampliar muito o espectro da discussão. A maioria dos presentes acatou a proposta de redação sugerida: “g) financiamento da Segurança Pública: formação, capacitação e aparelhamento dos órgão de combate e prevenção à criminalidade”. - No inciso II, tema 2, foi proposto o acréscimo, na alínea “c”, das Apacs. O autor da proposta foi esclarecido que essa temática está contemplada na alínea “d”, do inciso I, que discute o Sistema de Justiça Criminal como um todo, contemplando o sistema penitenciário e suas alternativas. - Ainda, no inciso II, tema 2, sugeriu-se o acréscimo, na alínea “e”, da expressão “urbana e rural”, uma vez que a droga já chegou ao campo. - Na discussão do tema 3 (inciso III), foi sugerida alteração do título para: “Drogas e tratamento <u>e reinserção social do dependente químico</u>”. Diante da alegação de que a reinserção social já estava contemplada na alínea “d”, esclareceu-se que a alínea “d” só dizia respeito à ressocialização de egressos e muitos usuários não são egressos. Considerou-se ainda que a lei já avançou bastante, e diferencia o usuário do traficante: o usuário não é preso, o traficante é que é. Foi aprovada a alteração do título. Ficou acertado que a alteração seria realizada em todos os outros dispositivos do regulamento no qual o texto estivesse mencionado.
---	--

	<ul style="list-style-type: none"> - No item 3, foi sugerido o acréscimo da descriminalização do uso de drogas. Contrariamente à proposta, afirmou-se que, na ALMG, existe uma comissão extraordinária para tratar desse tema, o que não justificaria a sua inclusão nesse evento. Mesmo com a consideração de que vários temas são discutidos na ALMG por várias comissões ao mesmo tempo, a proposta, submetida à apreciação dos presentes, foi rejeitada pelos presentes. - Na discussão do tema 4 (inciso IV), sugeriu-se a supressão da expressão “doméstica e sexual” na alínea “b”, sugestão prontamente aceita. - Ainda no tema 4, a alínea “c” suscitou discussão. Ante a afirmação de que “temos que parar de discutir diferenças, já que os direitos são de todos”, foi enfatizada a importância de se estabelecer legislação específica para garantir os direitos das minorias vulneráveis. Foi explicado que essa especificação (feita na alínea “c”) tem um cunho meramente didático, visando orientar a discussão das CTIs. - Foi sugerido que os membros da Comissão Organizadora estejam automaticamente inscritos no Fórum Técnico. Submetida à apreciação dos presentes, foi aprovada a inscrição automática de 2 representantes por entidade de apoio, que deverão ser indicados em data oportuna. - Houve o questionamento de como ficaria a representação dos Conseps, que se julgaram sub-representados em outro evento. O coordenador <i>ad hoc</i> (Gerente-Geral da GPI) esclareceu que todos os Conseps poderão se inscrever para participar do Fórum, sendo outra a discussão para a composição da Comissão de Representação. - Na discussão do art. 10, sugeriu-se que o inscrito individual deveria ter direito também a voto. Seguiu-se uma discussão, com a posição contrária baseada na possibilidade de resultar em desordem no Plenário; o coordenador esclareceu que a preocupação maior da ALMG não é de evitar desordens e sim a limitação do espaço. Ante a consideração de que o risco existe tanto no voto individual quanto no dos movimentos sociais, que pode ser direcionado por uma pessoa, sugeriu-se a fixação de um limite (10%) para a participação individual com direito a voto. Foi sugerido também que se estabelecesse um horário-limite para o credenciamento e maior fiscalização da presença efetiva dos inscritos, criando-se mecanismos de controle como lista de presença. Ante as manifestações contrárias e o pouco tempo para discussão, a decisão sobre o voto individual e o voto do interior (participantes das Audiências Públicas realizadas nas RISPs) foi adiada para a próxima reunião. - Com relação ao art. 19, foi solicitado que haja esclarecimentos sobre o que é a Comissão de Representação, o que ela faz, e sugerido que a eleição de seus membros deveria ser tripartite, com garantia de percentuais. Também a apreciação dessa proposta foi adiada para a próxima reunião.
Próxima reunião	<ul style="list-style-type: none"> • 28/5/2010, sexta-feira, às 9h30min, no Plenarinho I.
“Tarefas Combinadas”	<ul style="list-style-type: none"> • Os integrantes da Comissão Organizadora deverão enviar sugestões de nomes de expositores para os painéis do FT para o e-mail gpi@almg.gov.br. • Os integrantes da Comissão Organizadora devem, por questões relativas a senso de economia e responsabilidade ecológica, levar a versão impressa do Regulamento do FT na próxima reunião preparatória.